INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de auditoria elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Inbursa de Investimentos S.A.:
O Banco é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa"), e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos devidamente constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos Mexicanos. Por sua vez, o Banco é uma instituição financeira devidamente constituída sob a forma de sociedade anônima de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, tendo sido autorizado a funcionar como banco de investimento pelo Bacen, e tem como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, bem como a prática de atividades e operações de câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Grupo Financeiro Inbursa é um conglomerado financeiro mexicano, com alta liquidez e alto nível de capitalização em todos os seus negócios. No México, ocupa entre a 5ª e a 6ª posição entre os maiores bancos do país, contemplando uma plataforma completa de produtos dos mais variados segmentos do mercado financeiro. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir a totalidade das ações detida pelo Standard Bank Group Limited no Banco Standard de Investimentos S.A. (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no País. Dessa forma, o controle acionário do Banco foi adquirido em 14.03.2014 pelo Banco Inbursa, tendo sido aprovado pelo Bacen e publicado no Diário Oficial da União em 15.05.2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 17.04.2015.
Desempenho dos Negócios:
No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos. Replicando o foco de atuação de negócios no México, o Banco atua no mercado de empréstimos, apoiando grandes, pequenas e médias empresas. O Banco começou as suas operações no Brasil, tendo como missão o comprometimento com o País, integrado com o melhor capital humano e criado para gerir e fazer prosperar da maneira mais eficaz o patrimônio de seus acionistas e clientes, tendo como um de seus principais pontos fortes a disciplina no controle de custos e a busca por eficiência em todos os processos de forma contínua. O Banco iniciou suas operações implementando o Plano de Negócios previamente aprovado pelo Bacen, e refletindo o modelo de negócios definido pelos acionistas para as operações no Brasil. Os produtos oferecidos estão adequados aos objetivos estratégicos ora estabelecidos no referido Plano de Negócios, que, dentre outros, consistem notadamente em fornecer uma gama completa de empréstimos de capital de giro às empresas com atuação diversificada nos setores da economia no Brasil. O início das operações está sendo marcado por um forte controle de custos além de manter uma posição atual de liquidez e de capitalização confortável para o nível de ativos no balanço patrimonial. O Banco tem adotado um posicionamento conservador com relação às novas colocações de créditos, buscando ganhos de experiências importantes que são necessários para estes segmentos, com objetivos claros na atuação para alcançar maior eficiência e competitividade que demandam este mercado. Encontra-se em análise, pelo Bacen, pleito do Banco referente à alteração de seu objeto social (e, consequentemente, da sua denominação social) para prever atividades privativas de banco múltiplo, com o objetivo de ampliar sua atividade operacional mediante a criação de carteira comercial, mantendo-se a carteira de banco de investimento e a autorização para realizar operações no mercado de câmbio. Crescer de forma rentável, com baixos custos e níveis seguros de riscos, oferecendo os produtos e serviços em relação aos quais já contamos com experiência e que já apresentaram sucesso no mercado mexicano, são os principais objetivos estratégicos.
Gestão de Riscos:
O Banco julga que manter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução dos negócios. A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, jurídico e de *compliance*. O Banco busca um equilíbrio apropriado entre risco e retorno e investe constantemente para aprimorar os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos, a fim de garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que os negócios aconteçam em um ambiente apropriado de controle e visando à manutenção do Sistema Financeiro Nacional e da sociedade como um todo. A gestão de capital é conduzida pela Diretoria Executiva, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade, tendo como objetivo alcançar uma estrutura de capital eficiente bem como cumprir com os requerimentos do órgão regulador. A alta administração do Banco é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes à gestão de riscos, sendo que a estrutura de governança corporativa propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo Banco no que se refere à realização e consecução de seu objeto social, bem como seu efetivo gerenciamento. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos do Banco está disponível no site www.bancoinbursa.com.br.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Circulante		**76.971**	**79.721**
Disponibilidades	4	**9**	**10**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	**7.968**	**–**
Aplicações em depósitos interfinanceiros		7.968	–
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**61.255**	**67.219**
Carteira Própria		61.255	67.219
Operações de Crédito	7	**7.410**	**12.130**
Setor privado		7.536	12.384
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(126)	(254)
Outros Créditos	8	**274**	**287**
Diversos		274	287
Outros Valores e Bens		**55**	**75**
Despesas antecipadas		55	75
Realizável a Longo Prazo		**39.347**	**16.261**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	**28.993**	**–**
Carteira Própria		28.993	–
Operações de Crédito	7	**33**	**7.504**
Setor privado		42	7.627
(–) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(9)	(123)
Outros Créditos	8	**10.321**	**8.757**
Diversos		10.321	8.757
Permanente		**1.300**	**1.698**
Investimentos		**1**	**1**
Outros investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		**1.184**	**1.541**
Outras imobilizações de uso		9.531	9.491
Depreciação acumulada		(8.347)	(7.950)
Intangível		**115**	**156**
Ativos intangíveis		1.499	1.375
Amortização acumulada		(1.384)	(1.219)
Total do Ativo		**117.618**	**97.680**

Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		**34.370**	**6.011**
Depósitos	9	**30.367**	**–**
Depósitos a prazo		30.367	–
Outras Obrigações		**4.003**	**6.011**
Fiscais e previdenciárias		441	347
Diversas	10	3.562	5.664
Exigível a Longo Prazo		**3.350**	**2.152**
Outras Obrigações		**3.350**	**2.152**
Diversas	10	3.350	2.152
Patrimônio Líquido		**79.898**	**89.517**
Capital social:			
De domiciliados no exterior	11 a.	111.588	111.588
Ajustes ao valor de mercado - TVM		10	–
Prejuízos acumulados		(31.700)	(22.071)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**117.618**	**97.680**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Ajustes ao valor de mercado - TVM	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		111.588	–	(18.836)	92.752
Prejuízo do semestre		–	–	(3.235)	(3.235)
Saldos em 30 de Junho de 2016	11 a.	111.588	–	(22.071)	89.517
Prejuízo do semestre		–	–	(3.807)	(3.807)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		111.588	–	(25.878)	85.710
Ajustes ao valor de mercado - TVM		–	10	–	10
Prejuízo do semestre		–	–	(5.822)	(5.822)
Saldos em 30 de Junho de 2017	11 a.	111.588	10	(31.700)	79.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira		**4.915**	**6.372**
Rendas de operações de crédito	7 d.	903	1.777
Resultado com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários	6 d.	4.012	4.595
Despesas da Intermediação Financeira		**(353)**	**(181)**
Despesas de captação no mercado	9	(392)	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7 c.	39	(181)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**4.562**	**6.191**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(10.578)**	**(9.622)**
Despesas de pessoal	18 a.	(6.905)	(6.160)
Outras despesas administrativas	16	(2.986)	(3.334)
Despesas tributárias		(270)	(350)
Outras receitas operacionais	18 c.	212	222
Outras despesas operacionais	18 b.	(629)	–
Resultado Operacional		**(6.016)**	**(3.431)**
Resultado não Operacional	18.d	**194**	**196**
Prejuízo do Semestre		**(5.822)**	**(3.235)**
Quantidade de Ações	11 a.	**111.587.801**	**111.587.801**
Prejuízo por ação		**(0,05)**	**(0,03)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de Reais)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Notas	2017	2016
Prejuízo Líquido		**(5.822)**	**(3.235)**
Ajustes ao Lucro Líquido		**653**	**276**
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	7 c.	(39)	181
Depreciação e amortização	16	276	317
Constituição/(Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	13	629	–
Atualização de depósito judicial	13	(213)	(222)
Resultado Ajustado		**(5.169)**	**(2.959)**
Variação de Ativos e Obrigações		**5.247**	**3.038**
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(7.968)	–
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários		(24.316)	10.914
(Aumento)/Redução em operações de crédito		8.935	(314)
(Aumento)/Redução em outros créditos		(452)	532
(Aumento)/Redução em outros valores e bens		(44)	(28)
Aumento/(Redução) em depósitos		30.366	–
Aumento/(Redução) em outras obrigações		(1.274)	(8.066)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		**78**	**79**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(31)	(76)
Alienação de imobilizado		–	1
Aquisição no intangível		(41)	–
Caixa Líquido (Aplicado) nas Atividades de Investimentos		**(72)**	**(75)**
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		**6**	**4**
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre		3	6
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre		9	10
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		**6**	**4**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco") é uma instituição financeira diretamente controlada pelo Banco Inbursa, S.A., Institución de Banca Múltiple, Grupo Financiero Inbursa ("Banco Inbursa") e indiretamente pelo Grupo Financiero Inbursa, S.A.B. de C.V. ("Grupo Financiero Inbursa"), ambos de origem mexicana e está organizado sob a forma de banco de investimento, tendo como objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas em lei e aplicáveis aos bancos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. Em 2014, o Grupo Financiero Inbursa chegou a um acordo para adquirir o Banco Standard de Investimentos (unidade brasileira do Standard Bank Group), marcando a sua entrada no país. No Brasil, o Banco é dedicado a oferecer crédito para empresas dos mais diversos segmentos, apoiando as pequenas e médias empresas (PME's), replicando o foco de atuação de negócios no México. O controle acionário do Banco foi adquirido em 14 de março de 2014, aprovado pelo Banco Central do Brasil e publicado no Diário Oficial da União em 15 de maio de 2015, com a consequente alteração de sua denominação social de Banco Standard de Investimentos S.A. para Banco Inbursa de Investimentos S.A., nos termos da deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 17 de abril de 2015.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu pronunciamentos contábeis, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN estão relacionados abaixo e foram considerados na preparação das informações contábeis inseridas nessas demonstrações financeiras: • Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; • Resolução CMN nº 3.604/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa; • Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas; • Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; • Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 24 - Eventos subsequentes; • Resolução CMN nº 3.989/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações; • Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; • Resolução CMN nº 4.144/12 - CPC 00 (R1) - Emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitam com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN; • Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; • Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; • Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo zIntangível; • Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado. Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ainda não recepcionadas pelo BACEN. Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. Em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 14 de abril de 2014, foi aprovada a extinção do conselho de administração e atribuída a Diretoria da Administração da Sociedade, em decorrência deste fato, a autorização para publicação das demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria do Banco em 8 de agosto de 2017.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Estimativas Contábeis: As estimativas contábeis foram fundamentadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar o valor adequado a ser apresentado nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que envolvem julgamento, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e provisão para contingências. Os resultados efetivos destas operações podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Administração do Banco revisa as estimativas mensalmente. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e aplicações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo no momento de sua realização. **c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para Negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. **(ii) Títulos Disponíveis para Venda:** São aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, já descontado os efeitos dos impostos. Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados de caráter não temporários, serão refletidos no resultado como perdas realizadas. **(iii) Títulos Mantidos até o Vencimento:** São aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelo administrador do fundo. **e. Operações de Crédito:** São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco e de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **f. Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os ativos e passivos objetos de proteção e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são demonstrados pelo valor de custo, ajustados ao mercado, com as correspondentes valorizações e desvalorizações reconhecidas no resultado do período. Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **g. Outros Ativos e Passivos:** São demonstrados pelos valores de realização ou exigibilidades e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **h. Permanente: Imobilizado de Uso:** demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável *(impairment),* quando aplicável. A depreciação dos bens imobilizados é calculada pelo método linear, às taxas anuais: Móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança - 10%; Equipamentos de processamento de dados - 20%; Instalações em propriedades de terceiros - depreciação conforme o prazo dos aluguéis contratados. **Ativo Intangível -** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada ou pelo prazo do respectivo contrato de uso a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **i. *Impairment* de Ativos Não Financeiros:** O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu, em 29 de maio de 2008, a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1° de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram identificadas as necessidades de registro de *impairment* para os ativos do Banco. **j. Receitas e Despesas:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, *pro rata* dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **k. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro:** As provisões para o imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinando pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, quando retornará à alíquota de 15%. **l. Moeda Estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016 não houve resultados oriundos de variação cambial. **m. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais e Depósitos Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir: **i. Provisões:** são obrigações presentes reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, for considerado provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações. **ii. Ativos Contingentes**: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **iii. Passivos Contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação. **iv. Obrigações Legais:** referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. **v. Depósitos Judiciais:** são mantidos em conta de ativo, sem dedução das provisões para passivos contingentes, pelo valor original, atualizado pela taxa prevista em lei.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30 de junho 2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	9	10
Total de caixa e equivalentes de caixa	**9**	**10**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30 de junho de 2017 vencimento	R$
Aplicações em depósitos interfinanceiros (a)	de 91 a 180 dias	7.968
Total		**7.968**

(a) Refere-se a aplicação em depósito interfinanceiro com banco de primeira linha, com vencimento em dezembro de 2017.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo valor justo e classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda". Em 30 de junho de 2017 e 2016 a carteira era composta por:
a) Composição por tipo

	2017		2016	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Carteira própria				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	90.238	90.248	–	–
Cotas de fundos de investimentos	–	–	67.219	67.219
Total	**90.238**	**90.248**	**67.219**	**67.219**

continua →

INBURSA Banco

Banco Inbursa de Investimentos S.A.
CNPJ nº 04.866.275/0001-63

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

b) Composição por prazo de vencimento

	Curto Prazo				Longo Prazo	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 30 de junho de 2017						
Títulos públicos						
Letras financeiras do tesouro - LFTs	–	14.130	47.125	61.255	28.993	90.248
Total	**–**	**14.130**	**47.125**	**61.255**	**28.993**	**90.248**

	Curto Prazo				Longo Prazo	
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Total	Acima de 360 dias	Total geral
Em 30 de junho de 2016						
Cotas de fundos de investimentos	67.219	–	–	67.219	–	67.219
Total	**67.219**	**–**	**–**	**67.219**	**–**	**67.219**

c) Composição por classificação

	2017		2016	
	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil	Valor do custo amortizado	Valor de mercado/ contábil
Disponível para venda				
Letras financeiras do tesouro - LFTs	90.238	90.248	–	–
Mantidos para negociação				
Cotas de fundos de investimentos	–	–	67.219	67.219
Total	**90.238**	**90.248**	**67.219**	**67.219**

Em 30 de junho de 2017, foi apurado um saldo de ajuste positivo no patrimônio líquido, derivado dos títulos disponíveis para venda, no montante de R$ 10 (R$ 0 em 30 de junho de 2016). **a. Títulos em Garantias:** Conforme mencionado no contexto operacional, o banco não possui títulos depositados em garantia. **b. Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários no montante de R$ 90.248 (2016 - R$ 0) são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as cotas de fundos de investimentos são custodiadas na CETIP S.A. - Mercados Organizados e Custódia R$ 0 (2016 - R$ 67.219). **c. Valor de Mercado:** O valor de mercado dos títulos públicos é obtido por meio de coletas de taxas no mercado, quando aplicável, e validadas por meio de comparação com informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor da cota do fundo de investimento é considerada com base no valor da cota divulgado pelo Administrador no site da Comissão de Valores Mobiliário - CVM.

d. Resultado com aplicações interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários:

	2017	2016
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	720	–
Rendas de aplicação de letras financeiras do tesouro	1.023	–
Rendas de aplicação em cotas de fundos de investimentos	2.269	4.595
Total	**4.012**	**4.595**

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Corresponde a operações de crédito, conforme os prazos e classificação demonstrados a seguir:

a. Composição da carteira:

	2017	2016
Empréstimos		
Setor privado:		
Indústria	7.363	19.185
Comércio	68	140
Outros Serviços	147	686
Total de empréstimos	**7.578**	**20.011**
Total curto prazo	7.536	12.384
Total longo prazo	42	7.627
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(135)**	**(377)**

b. Classificação por nível de risco:

		2017				2016	
		Vencimento					
Nível de risco	% provisão	Vencidas	Normal até 360 dias	Normal acima de 360 dias	Saldo da carteira	Provisão	Saldo da carteira	Provisão
AA	0,0%	–	–	–	–	–	–	–
A	0,5%	–	33	7	40	–	118	(1)
B	1,0%	1	7.394	27	7.422	(75)	19.476	(195)
C	3,0%	1	12	–	13	(1)	25	(1)
D	10,0%	10	30	–	40	(4)	9	(1)
E	30,0%	2	2	–	4	(1)	205	(61)
F	50,0%	1	9	–	10	(5)	120	(60)
G	70,0%	–	–	–	–	–	–	
H	100,0%	22	19	8	49	(49)	58	(58)
Total		**37**	**7.499**	**42**	**7.578**	**(135)**	**20.011**	**(377)**

c. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2017	2016
Saldo no início do semestre	**(556)**	**(196)**
Constituição de provisão	(51)	(181)
Reversão de provisão	90	(–)
Baixa para prejuízo	382	(–)
Saldo no final do semestre	**(135)**	**(377)**

No semestre findo em 30 de junho de 2017 houve renegociações no montante de R$ 5 (R$ 0 em 2016) e foram registradas baixas para prejuízo no montante de R$ 382 (R$ 0 em 2016). Não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no semestre.

d. Resultado de operações de crédito:

	2017	2016
Rendas de empréstimos	903	1.777
Total	**903**	**1.777**

e. A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

	2017		2016	
	Saldo	% sobre a carteira	Saldo	% sobre a carteira
Os três maiores devedores totalizam	7.387	97	19.459	97
Os demais totalizam	191	3	552	3
Total carteira de crédito	7.578	100	20.011	100

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Adiantamento e antecipações salariais	268	284
Devedores por depósitos em garantia (i)	5.538	4.682
Impostos e contribuições a compensar	1.531	1.531
Adiantamento a fornecedores	6	–
Valores Receber	1	3
Títulos e créditos a receber (ii)	3.251	2.544
Total	**10.595**	**9.044**
Total curto prazo	274	287
Total longo prazo	10.321	8.757

(i) Refere-se a depósitos decorrentes de exigência legal para interposição de recursos em juízo relativos a impostos e contribuições sociais e causas trabalhistas (vide nota 13). **(ii)** Refere-se a valores a receber de despesas originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" (vide nota 1).

9. CAPTAÇÕES

a. Depósitos:

	2017
Depósitos a prazo	**30.367**
De 91 até 360 dias	30.367

As captações com depósitos a prazo possuem taxa média de 99% do CDI e geraram resultado de R$ (392) no semestre findo em 30 de junho de 2017 (R$0 em 2016).

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2017	2016
Provisão para despesas de pessoal	3.075	4.629
Provisão para riscos trabalhistas (vide nota 13)	3.350	2.152
Provisão para outras despesas administrativas - StandardBank (i)	31	550
Provisão para outras despesas administrativas	456	485
Total	**6.912**	**7.816**
Total curto prazo	3.562	5.664
Total longo prazo	3.350	2.152

(i) Refere-se a obrigações originadas pelo antigo acionista "Standard Bank Group" (vide nota 1).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social em 30 de junho de 2017 está dividido em 111.587.801 (2016 - 111.587.801) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R$ 111.588 (2016 - R$ 111.588). **b. Dividendos:** Conforme estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Por deliberação da Assembleia Geral, e observadas as disposições legais, a distribuição de dividendos aos acionistas pode ocorrer na forma de juros sobre o capital próprio. Não foram distribuídos dividendos ou pagos juros de capital próprio nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. **c. Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre antes de qualquer destino até o limite definido pela legislação societária. **d. Ajuste ao valor de mercado - TVM:** É constituído pelo ajuste a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda.

12. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	Imposto de renda e contribuição social	
	2017	2016
Apuração de imposto de renda/contribuição social correntes		
Resultado antes da tributação sobre o resultado e participações	**(5.822)**	**(3.235)**
Adições/(exclusões) temporárias	**(1.339)**	**(7.648)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(233)	181
Provisão para contigências trabalhistas	629	–
Outros	(1.735)	(7.829)
Adições/(exclusões) permanentes	**763**	**2.924**
Diversos	763	2.924
Base tributável antes da compensação de Prejuízo Fiscal	**(6.398)**	**(7.959)**
Base tributável para Imposto de Renda e Contribuição Social	**(6.398)**	**(7.959)**
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Diferidos	**–**	**–**

b. Créditos tributários não ativados: O Banco possui prejuízos fiscais de R$ 179.819 (2016 - R$ 170.282) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis (despesas de pessoal, PCLD e contingências trabalhistas) de R$ 2.680 (2016 - R$ 4.237), sobre os quais não foram constituídos créditos tributários de imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) no montante de R$ 82.124 (2016 - R$ 78.534), esses valores serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudos e análises elaboradas pela Administração e segundo as normas do Bacen.

13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Contingência classificada com risco de perda provável: o Banco adotou os procedimentos previstos na Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações trabalhistas em curso, cujo risco representa em 30 de junho de 2017 R$ 3.350 (2016 - R$ 2.152), com depósito judicial atualizado em 30 de junho de 2017 no valor de R$ 432 (2016 - R$ 0).

	Contingências	Depósito Judicial
Saldo inicial	**2.589**	**5.325**
Adição	629	–
Atualização	158	213
Pagamento	(26)	–
Saldo final	**3.350**	**5.538**

Contingências classificadas com risco de perda possível: não reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais destas ações, entende que estes processos, abaixo relacionados, possuem risco de perda possível. **(a)** Trata-se de processo de natureza fiscal relativo a prestação de serviços para o exterior - PIS e COFINS oriundo de autos de infração lavrados em 25 de maio de 2010, por meio dos quais a fiscalização constituiu os créditos tributários de PIS e da COFINS, relativos aos períodos de junho, julho e dezembro de 2005, janeiro, março, novembro e dezembro de 2006 e junho, setembro e dezembro de 2007, acrescidos de multa de ofício e juros de mora. A fiscalização alegou que a instituição não apresentou provas suficientes para comprovar que tais serviços foram prestados à pessoa jurídica domiciliada no exterior e que, portanto, essas receitas deveriam ser incluídas nas bases de cálculo das mencionadas contribuições. Em razão dos argumentos jurídicos desenvolvidos na defesa apresentada, das provas documentais anexadas e da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os assessores jurídicos e a Administração, entendem que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2017, o valor atualizado do auto monta a R$ 12.518 (2016 - R$ 11.713). **b)** Trata-se da Ação Ordinária nº 0008792-39.2009.4.03.6100, na qual se pleiteia o reconhecimento de créditos de IRPJ e CSLL e a necessária homologação de compensações correlatas. Os débitos *sub judice* contam com depósito judicial, que lhes serve de causa suspensiva, conforme despacho da RFB ás folhas 117 do PA16327-001499/2010-19. O valor do depósito judicial atualizado totaliza R$ 5.106 (2016 - R$ 4.682), sendo esse o valor atualizado da causa. **(c)** Trata-se de ações trabalhistas em curso cujo risco representa R$ 6.518 (2016 - R$ 24.762). Não há outras causas contra o Banco que sejam do conhecimento da Administração.

14. PARTES RELACIONADAS

Remuneração da Administração: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, foi fixado o valor anual de remuneração global dos administradores do Banco até o valor máximo de R$ 5.000, para o ano de 2017 (2016 - R$ 6.000). No semestre findo em 30 de junho de 2017, os gastos com remuneração, compreendidos por salários, bônus, férias, indenizações, entre outros, relativos ao pessoal-chave da Administração foram de R$ 2.515 (2016 - R$ 2.620).

15. INDICADORES DE RISCO - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio de referência - PR compatível com os riscos de suas atividades, superior a 9,875% do Patrimônio Exigido. O índice de Basileia II em 30 de junho de 2017 corresponde a 146,74% (130,52% em 2016).

	2017	2016
Patrimônio de referência ajustado (Nível I e II) - PR	79.898	89.517
Patrimônio de referência exigido - PRE	5.036	6.773
Margem para o limite de compatibilização do PR com o PRE	74.862	82.744
Índice de imobilização - Resolução nº 2.283/96	1,63%	1,90%

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência (PR). Os recursos aplicados no ativo permanente estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio de referência (PR) na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2017 e de 2016, o Banco encontra-se enquadrado neste limite.

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Aluguéis	(484)	(684)
Depreciação e amortização	(276)	(317)
Processamento de dados	(827)	(940)
Serviços técnicos especializados	(349)	(393)
Comunicações	(145)	(121)
Manutenção e conservação de bens	(108)	(107)
Viagens	(75)	(61)
Serviços do sistema financeiro	(37)	(37)
Água, energia e gás	(129)	(144)
Transportes	(23)	(24)
Publicações	(41)	(52)
Propaganda e publicidade	(157)	(107)
Outras	(335)	(347)
Total	**(2.986)**	**(3.334)**

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Risco operacional - Em conformidade com o requerido pela Resolução nº 3.380/06 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura específica para o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades operacionais. A gestão dos riscos operacionais é realizada através da disponibilização de ferramentas, divulgação de políticas e metodologias corporativas, com o intuito de evitar possíveis falhas ou inadequação dos processos executados por pessoas ou sistemas internos. A gestão é feita em âmbito corporativo e é escopo de contínua avaliação dos auditores internos e externos. Os pontos identificados de não conformidade são comunicados à alta Administração que se reúne com o objetivo de avaliar e monitorar tais eventos, de modo a garantir uma eficiente gestão dos riscos operacionais e mitigação de possíveis perdas na Instituição. **b.** Risco de mercado - Em conformidade com a Resolução nº 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém estrutura específica para o gerenciamento dos riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxa de juros, preços das ações e dos preços de mercadorias *(commodities)* de suas transações. Este gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que atua de forma independente a área de negócios. O Banco realiza acompanhamento diário dos níveis de exposição e assegura compatibilização de suas posições frente aos limites regulatórios e operacionais. **c.** Risco de liquidez - Objetivando o gerenciamento da exposição ao risco de liquidez, o Banco adota instrumentos para controle de fluxo de caixa e previsão de necessidades ou excesso de recursos com devida antecedência, de tal forma que seja possível a antecipação de medidas preventivas. A alta Administração monitora a reserva mínima de liquidez, que é utilizada para tomada de decisões em conformidade com o Plano de Liquidez da Instituição. Na condução da política de gerenciamento do risco de liquidez são considerados os passivos contratados junto à matriz, bem como os ativos existentes e classificados como disponível para venda. **d.** Risco de crédito - A Administração adota como premissa básica para concessão de crédito a capacidade da empresa em apresentar fluxo de caixa adequado, de modo a dar continuidade normal às suas atividades. As competências nas decisões de crédito são atribuídas segundo a política de alçadas que observa o montante, prazo e garantias da operação. Todas as propostas submetidas têm seu risco avaliado conforme procedimentos internos determinados para os diferentes segmentos. As operações de créditos têm sua avaliação focada na capacidade de geração de caixa das empresas e nos fatores de risco associados à operação. O Banco não pauta sua decisão somente pelo nível das garantias oferecidas, que deve ser observado como acessório ao risco incorrido, e as administra com rigor, através de profissionais com larga experiência na atividade. **e.** Gestão de capital - A gestão de capital é realizada pela Diretoria Executiva com base nas atividades coordenadas pela Área de Finanças, em conformidade com a Resolução nº 3.988/11 do Banco Central do Brasil, e tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco de forma compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão de sua exposição a riscos. **f.** Risco Socioambiental - A politica de risco socioambiental do Banco está inserida no âmbito da PRSA da instituição, alinhada com a Resolução CMN 4.327/14. Essa politica tem como proposta a definição dos critérios de avaliação de risco da contraparte para as operações de crédito do Banco. A avaliação será categorizada considerando os princípios de relevância dos impactos socioambientais, observando o porte da empresa, grau de exposições das operações com base no respectivo volume na carteira, e o potencial nível de impacto socioambiental com base nas atividades econômicas dos tomadores de crédito e o risco potencial de corresponsabilidade. **g.** Mais informações sobre as estruturas de gerenciamento do capital, risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado assim como as informações sobre a Razão de Alavancagem (Circular Bacen nº 3.748/15) estão disponíveis no endereço eletrônico: *www.bancoinbursa.com.br.*, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Despesas de pessoal referem-se a:

	2017	2016
Proventos	(2.790)	(2.770)
Encargos sociais	(1.745)	(1.473)
Benefícios	(1.214)	(806)
Honorários	(1.088)	(1.040)
Despesa de remuneração de estagiários	(57)	(54)
Treinamento	(11)	(17)
Total	**(6.905)**	**(6.160)**

b. Outras despesas operacionais referem-se a provisão para contigências trabalhistas de R$ 629 (2016 - R$ 0). **c.** Outras receitas operacionais referem-se, principalmente, à atualização monetária de depósito judicial no montante de R$ 212 (2016 - R$ 222). **d.** Resultado não operacional refere-se principalmente a sublocação de imóvel no montante de R$ 194 (2016 - R$ 196).

A DIRETORIA

VLADIMIR BACIGA - TC CRC 1SP 131022/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Inbursa de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Inbursa de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Inbursa de Investimentos S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Deloitte.